SUMÁRIO

PARTE I – DA TEORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS 1

1 Introdução: a contextualização histórica da gênese da Lei 9.099/1995 3

2 As características básicas..... 9
2.1 A estrutura normativa 9
2.1.1 A base constitucional dos Juizados Especiais..... 9
2.1.2 A delimitação da parte cível da Lei 9.099/1995 12
2.1.3 A colocação dos Juizados Especiais na estrutura judiciária . 13
2.1.4 A competência legislativa para a organização judiciária dos Juizados Especiais 15
2.1.5 A competência legislativa para inclusão de causas exclusivamente para fins de composição nos Juizados Especiais 16
2.1.6 A instalação dos Juizados Especiais..... 16
2.1.7 A aplicação subsidiária do CPC à Lei 9.099/1995 17
2.2 Os possíveis significados do "Sistema dos Juizados Especiais" 17
2.3 A natureza jurídica dos Juizados Especiais Cíveis 21
2.4 O conceito dos Juizados Especiais 23

3 O sistema principiológico 25
3.1 Os princípios fundamentais dos Juizados Especiais..... 25
3.2 O princípio da oralidade 26
3.2.1 A concentração dos atos processuais..... 28
3.2.2 A identidade física do juiz 28
3.2.3 A irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias..... 28
3.2.4 O imediatismo 29
3.3 O princípio da simplicidade 29
3.4 O princípio da informalidade..... 30
3.5 O princípio da economia processual 31
3.6 O princípio da celeridade..... 32
3.7 O princípio da busca pela solução consensual dos conflitos..... 33
3.7.1 A conciliação 35
3.7.2 A mediação 35
3.7.3 A arbitragem 36

4 O campo de atuação 37

5 A competência 41
5.1 O critério objetivo 41
5.1.1 As pequenas causas 44
5.1.1-A A distinção entre pequenas causas estaduais, federais e fazendárias 44
5.1.1.1 A renúncia à parte excedente ao limite de 40 salários mínimos 46
5.1.1.2 As consequências da violação das regras sobre o teto de 40 salários mínimos 47
5.1.1.3 As ações coletivas 48
5.1.1.4 Os acordos celebrados pelas partes e referendados pelo Ministério Público 49
5.1.1.5 A diversidade de causas fundadas nos mesmos fatos 50
5.1.2 As causas simples 50
5.1.2.1 As causas do rito sumário 51
5.1.2.2 A ação de despejo para uso próprio 51
5.1.3 As pequenas causas simples 52
5.1.4 A ação de homologação de acordo extrajudicial 53
5.1.5 As causas eventualmente incluídas na competência conciliatória dos Juizados Especiais 55
5.2 O critério territorial 56
5.2.1 O foro do domicílio do réu 56
5.2.2 O foro do local onde a obrigação deve ser cumprida 57
5.2.3 O foro do domicílio do autor ou o local onde ocorreu o fato danoso, nas ações de indenização 58
5.2.4 O foro de eleição 59
5.2.5 As consequências da violação das regras sobre competência territorial 59
5.3 O critério funcional 60
5.4 A modificação da competência pela conexão e pela continência 61
5.5 O conflito de competência 61

6 As partes e seus representantes 65
6.1 A capacidade e a legitimidade das partes 65
6.2 As limitações à capacidade processual 65
6.2.1 O incapaz 66
6.2.1-A A capacidade do maior de 18 anos 66
6.2.2 O preso 67
6.2.3 A pessoa jurídica de direito público 68
6.2.4 A empresa pública da União 68
6.2.5 A massa falida 68

6.2.6 O insolvente civil ... 68
6.3 A legitimidade processual ativa ... 69
6.3.1 As pessoas físicas ... 69
6.3.2 As pessoas jurídicas ... 69
6.3.3 A (i)legitimidade ativa do condomínio ... 72
6.3.4 A legitimidade do titular do direito de receber honorários fixados nos Juizados Especiais ... 73
6.4 A capacidade postulatória ... 74
6.4.1 A atuação do advogado ... 76
6.4.2 A advertência quanto à conveniência do patrocínio por advogado ... 78
6.4.3 O instrumento do mandato ... 78
6.5 O preposto ... 79
6.6 A presença pessoal das partes nas audiências ... 81
6.7 A vedação às intervenções de terceiro ... 82
6.7.1 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica ... 84
6.7.2 A intervenção do *amicus curiae* ... 85
6.7.3 A nomeação de terceiro para substituir o réu ... 86
6.8 O litisconsórcio ... 87

7 A assistência judiciária ... 89
7.1 A assistência judiciária ... 89
7.2 A Defensoria Pública ... 90

8 O Ministério Público ... 93

9 Os juízes, os juízes leigos, os conciliadores e os mediadores ... 95
9.1 O juiz ... 95
9.1.1 A atividade probatória judicial ... 96
9.1.2 A aplicação do direito pelo juiz ... 97
9.1.2-A O papel da equidade no julgamento das causas ... 97
9.2 O juiz leigo ... 98
9.2.1 A condução da audiência de conciliação ... 99
9.2.2 A condução do procedimento arbitral ... 99
9.2.3 A condução da audiência de instrução e julgamento ... 100
9.2.4 A prolação do "projeto de sentença" ... 102
9.2.5 O impedimento para o exercício da advocacia ... 103
9.3 O conciliador e o mediador ... 103

10 Os procedimentos ... 107
10.1 Os procedimentos previstos na Lei 9.099/1995 ... 107
10.2 A natureza dos procedimentos ... 107
10.3 A opção pelos procedimentos dos Juizados Especiais ... 108

11 Os atos processuais 113
11.1 A integração das regras sobre os atos processuais 113
11.2 A publicidade dos atos 113
11.3 A prática dos atos em horário noturno 114
11.4 O registro dos atos processuais 114
11.5 A manutenção dos autos do processo 115
11.6 Os prazos 116
11.6-A A fluência dos prazos durante o recesso 119
11.7 As convenções processuais 119

12 As comunicações dos atos processuais 121
12.1 A citação 121
12.1.1 As formas de citação 121
12.1.2 O recebimento da citação 123
12.1.3 A citação por carta precatória 124
12.1.4 A citação por carta rogatória 125
12.1.5 A vedação da citação por edital 125
12.1.6 A citação por hora certa 125
12.2 A intimação 127
12.2.1 As formas de intimação 127
12.2.2 O dever de comunicar a mudança de endereço 128
12.2.3 A intimação dos defensores públicos 128
12.2.4 A publicação das pautas de julgamento nas Turmas Recursais 129

13 As hipóteses especiais de encerramento dos procedimentos sem resolução do mérito 131
13.1 A ausência do autor às audiências 131
13.2 A inadmissibilidade do procedimento ou do seu prosseguimento após a etapa de autocomposição 134
13.3 A declaração de incompetência territorial 135
13.4 A superveniência dos impedimentos do art. 8º 136
13.5 O falecimento do autor 136
13.6 O falecimento do réu 137
13.7 A dispensa da intimação das partes sobre o encerramento do procedimento 138

14 As despesas processuais 139
14.1 O sistema de isenção 139
14.2 A gratuidade de Justiça 142
14.3 A litigância de má-fé 142
14.3-A Uma síntese das regras sobre despesas processuais 143

PARTE II – DA TUTELA COGNITIVA 145

1 Introdução: o estudo da tutela jurisdicional como novo paradigma do direito processual 147

2 A estrutura da fase cognitiva do procedimento sumaríssimo 149

3 A etapa de composição 151
3.1 A adequação das causas ao procedimento sumaríssimo 151
3.1.1 Os procedimentos especiais que já estão previstos na Lei 151
3.1.2 Os procedimentos especiais que não estão previstos na Lei 152
3.2 A comparação entre as fases cognitivas do procedimento comum do CPC e do procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais 154
3.3 O "pedido" (petição inicial) 155
3.3.1 As características da petição inicial 155
3.3.2 O pedido genérico 157
3.3.3 A cumulação de demandas e a cumulação de pedidos 158
3.3.4 O valor da causa 160
3.3.5 Os pedidos de tutelas provisórias 162
3.3.6 A distribuição e a autuação da petição inicial 164
3.3.7 O juízo de admissibilidade da petição inicial 164
3.3.8 O indeferimento da petição inicial 165
3.3.9 A desistência da demanda 165
3.4 As técnicas de promoção da composição dos conflitos 166
3.4.1 A conciliação 168
3.4.2 A mediação 172
3.4.3 A arbitragem 173
3.5 A audiência de conciliação não presencial 176

4 A etapa de instrução e julgamento 179
4.1 A resposta do réu 181
4.1.1 A apresentação da contestação 181
4.1.2 O ônus da impugnação específica 181
4.1.3 O pedido contraposto 182
4.1.4 A revelia 183
4.1.5 As alegações de impedimento e suspeição 186
4.2 A réplica 188
4.3 A atividade probatória 188
4.3.1 O sistema probatório 189
4.3.2 O ônus probatório 189
4.3.3 A produção das provas em audiência 190
4.3.4 A limitação quanto à produção das provas 191
4.3.5 O registro da prova oral 192
4.3.6 O depoimento pessoal e o interrogatório 193

4.3.7 A exibição de documento ou coisa 193
4.3.8 A prova documental 194
4.3.8.1 A análise imediata dos documentos apresentados em audiência 194
4.3.8.2 A juntada de declarações, laudos e orçamentos 194
4.3.8.3 A alegação de falsidade documental 194
4.3.9 A prova testemunhal 195
4.3.10 A prova pericial 196
4.3.10.1 A limitação quanto à prova pericial 199
4.3.10.2 O perito 201
4.3.11 A inspeção judicial 201
4.4 As questões incidentes 201
4.5 As questões prejudiciais ao mérito 202
4.6 As alegações finais 202
4.7 O julgamento antecipado do mérito (total e parcial) 202
4.8 A sentença 204
4.8.1 A dispensa do relatório 204
4.8.2 A fundamentação da sentença 205
4.8.3 A intimação da sentença 207
4.8.4 A liquidez da sentença 208
4.8.5 A ineficácia parcial da sentença com condenação acima da alçada legal 208
4.8.6 A designação de data para a leitura de sentença 209
4.8.7 O "projeto de sentença" 210
4.9 A designação de nova data para a continuação da audiência 210
4.10 A coisa julgada 211

PARTE III – DA TUTELA EXECUTIVA 213

1 O modelo executivo 215

2 A fase executiva do procedimento sumaríssimo 217
2.1 Regras gerais sobre a fase executiva 217
2.1.1 A natureza incidental da execução 217
2.1.2 As regras executivas da Lei 9.099/1995 217
2.1.3 A legitimidade 218
2.1.4 A competência 218
2.1.5 O interesse de agir 220
2.1.6 A liquidez da obrigação reconhecida na decisão 221
2.1.7 A elaboração de cálculos por servidor judicial 221
2.1.8 A intimação para cumprimento da decisão 222
2.1.9 A execução provisória 223
2.1.10 O poder geral de efetivação 225

2.1.11 A desistência da execução 226
2.1.12 A impossibilidade de localização do executado ou de bens penhoráveis 226
2.2 A execução pecuniária 227
2.2.1 A postulação da execução 227
2.2.2 A penhora e a avaliação 229
2.2.3 A defesa do executado 230
2.2.3.1 Os embargos à execução 230
2.2.3.2 As impugnações simples 234
2.2.4 A expropriação do bem apreendido 236
2.2.4.1 A adjudicação do bem penhorado 236
2.2.4.2 A alienação do bem penhorado por iniciativa particular 237
2.2.4.3 A alienação do bem penhorado por leilão judicial 237
2.2.4.4 A apropriação de frutos e rendimentos 238
2.2.5 O pagamento 238
2.3 A execução mandamental 239
2.3.1 O regime jurídico da tutela específica 239
2.3.2 A estrutura da tutela específica 240
2.3.3 A tutela inibitória 240
2.3.4 As técnicas da execução mandamental 240
2.3.4.1 A tutela específica *stricto sensu* 241
2.3.4.2 A tutela equivalente 242
2.3.4.3 A tutela indenizatória 243
2.3.5 As medidas de apoio 243
2.3.5.1 O rol de medidas de apoio 243
2.3.5.2 A multa periódica (*astreintes*) 244
2.3.5.2.1 Introdução 244
2.3.5.2.2 O termo inicial da incidência dos preceitos cominatórios 247
2.3.5.2.3 A alteração do valor da multa 248
2.3.6 A defesa do executado 249

3 A ação de execução dos títulos executivos extrajudiciais até 40 salários mínimos 251
3.1 Considerações iniciais sobre a ação executiva extrajudicial 251
3.1.1 O regime jurídico 251
3.1.2 O objeto do procedimento executivo previsto no art. 53 da Lei 9.099/1995: obrigações pecuniárias 251
3.1.3 As condições da ação executiva 252
3.1.4 A competência 252
3.1.5 Os títulos executivos extrajudiciais 253

3.2 O procedimento executivo 253
3.2.1 A aplicação das regras gerais da Lei 9.099/1995 ao procedimento executivo 253
3.2.2 A postulação da execução 254
3.2.3 A audiência de conciliação 255
3.2.4 A defesa do executado 256
3.2.4.1 Os embargos à execução 256
3.2.4.1.1 A natureza jurídica 256
3.2.4.1.2 A interposição 256
3.2.4.1.3 O objeto dos embargos à execução 257
3.2.4.1.4 A "suspensão da execução" até o julgamento dos embargos 257
3.2.4.2 A impugnação simples 258

PARTE IV – DO SISTEMA RECURSAL E DOS MEIOS IMPUGNATIVOS DAS DECISÕES 259

1 O sistema recursal 261
1.1 Introdução: a convivência entre os sistemas recursais dos Juizados Especiais e do CPC 261
1.2 A estrutura do sistema recursal dos Juizados Especiais 262
1.3 A recorribilidade das decisões 262
1.3.1 A sentença proferida em primeiro grau de jurisdição 262
1.3.2 A decisão interlocutória proferida no primeiro grau de jurisdição 263
1.3.2.1 O descabimento do agravo de instrumento e do mandado de segurança 264
1.3.2.2 O cabimento do mandado de segurança em situações específicas 267
1.3.2.3 O cabimento do agravo de instrumento e do mandado de segurança em determinadas situações 268
1.3.3 A decisão monocrática proferida em segundo grau de jurisdição 271
1.3.4 A decisão colegiada proferida em segundo grau de jurisdição 272
1.4 A necessidade da atuação técnica na fase recursal 273
1.5 Os recursos cabíveis 274
1.5.1 O "recurso inominado" 275
1.5.1.1 O cabimento 275
1.5.1.2 O prazo para interposição 275
1.5.1.3 O preparo 276
1.5.1.4 O juízo de interposição 279
1.5.1.5 A petição de interposição 279
1.5.1.6 O "recurso inominado" adesivo 279

1.5.1.7 O juízo de admissibilidade 280
1.5.1.8 Os procedimentos..... 281
1.5.1.9 O efeito devolutivo 282
1.5.1.10 O efeito suspensivo..... 283
1.5.1.11 A tutela antecipada recursal..... 285
1.5.2 O agravo de instrumento 286
1.5.3 O agravo interno 289
1.5.4 Os embargos de declaração..... 291
1.5.4.1 O cabimento..... 291
1.5.4.1-A Os embargos de declaração para prequestionamento 292
1.5.4.1-B Os embargos de declaração para suprimir omissão jurisprudencial ou de fundamentação 294
1.5.4.1-C Os embargos de declaração com efeitos modificativos..... 295
1.5.4.2 A interposição..... 296
1.5.4.3 A intervenção do advogado 297
1.5.4.4 Os procedimentos..... 297
1.5.4.5 O efeito suspensivo..... 297
1.5.4.6 O efeito interruptivo 298
1.5.4.7 A aplicação de multa por embargos protelatórios. 298
1.5.4.8 A correção de erros materiais 299
1.5.5 O recurso especial..... 300
1.5.6 O recurso extraordinário 301
1.5.6.1 O cabimento..... 301
1.5.6.2 O juízo de admissibilidade 302
1.5.6.3 O procedimento..... 303
1.5.6.4 O efeito devolutivo 305
1.5.6.5 O efeito suspensivo..... 305
1.5.7 Agravo em recurso extraordinário 305
1.5.8 O (vetado) recurso de divergência..... 306
1.6 A Turma Recursal 307
1.6.1 A natureza jurídica da Turma Recursal 307
1.6.2 Os incidentes processuais em segundo grau 308
1.6.2-A O incidente de resolução de demandas repetitivas..... 310
1.6.3 A transcrição da gravação da audiência..... 313
1.6.4 A aplicação do julgamento imediato do mérito em segundo grau (teoria de causa madura recursal)..... 313
1.6.5 O impedimento do juiz nas Turmas Recursais 314
1.6.6 A técnica remissiva nos julgamentos em segundo grau..... 314

2 Os meios impugnativos das decisões judiciais..... 317
2.1 O mandado de segurança..... 317

2.1.1 O cabimento do mandado de segurança contra ato judicial dos Juizados Especiais 317
2.1.2 A competência para julgar o mandado de segurança contra ato do juiz do Juizado Especial..... 318
2.1.3 A competência para julgar mandado de segurança contra atos das Turmas Recursais 321
2.2 As ações anulatórias e o mandado de segurança com efeitos rescisórios..... 322
2.3 O incidente de uniformização da jurisprudência 325
2.4 A reclamação..... 328
2.4.1 A reclamação correicional 328
2.4.2 A reclamação jurisprudencial..... 329
2.4.2-A A reclamação por descumprimento de súmula vinculante 329
2.4.2-B A reclamação por descumprimento de jurisprudência do STJ 330

Referências bibliográficas..... 335